

# Ricos não viram, mas a década foi trágica

Da ANSA,  
especial para o CORREIO

Buenos Aires — O Brasil, México, Argentina, Venezuela, Peru, Chile, Uruguai, e Colômbia são os que mais sofrem o peso da dívida externa, mas nenhum deles conseguiu atrair nesta última e trágica década (etapa de pleno agravamento do problema), seus sócios devedores para alguma estratégia comum frente aos credores para solucionar globalmente o problema.

Metodologicamente, poderíamos deduzir três prováveis causas para a falta de união em torno do problema. Primeiro, as eclosões nunca coincidiram, ou pelo menos, os credores se encarregaram de pressionar um por um os países apesar de vários "números vermelhos" simultâneos por falta de amortizações embora vários tenham chegado a assumir-se como pagadores. Segundo, as explosões e pressões sócio-econômicas e sindicais internas amadureceram o fragor da resposta política interna; independentemente da angústia regional e, terceiro a desesperada adoção de medidas de congelamento ou moratórias unilaterais adotadas por alguns dos países da região, só provocaram preocupantes chamas de alerta entre os parceiros em desgraça.

De acordo com estas hipóteses, o caso argentino deve ser analisado a partir dos seis bilhões e oitocentos milhões de dólares da dívida contraída até março de 1976, quando os militares derrubaram o governo constitucional de Isabel Perón. Desde então, a dívida elevou-se para 45 bilhões de dólares até dezembro de 1983 (quando deixaram o governo) através de aplicação incondicional de duros programas delineados pelos credores internacionais. A partir de dezembro de 1983 até início de 85, o ministro da Economia, Bernardo Grinspun, privilegiou programas de crescimento mediante uma política de captação de investimentos e redistribuição de capital.

Os credores se queixam que mediante o grosseiro disfarce dos mercados cambiais, as autoridades se esqueceram de amortizar cerca de 600 milhões de juros atrasados". Entre queixas e desacertos da política econômica, os mercados golpeiam o Governo e a solução tampouco se entrevê nas próximas eleições de 14 de maio.

## MÉXICO

O México, aluno-modelo do Fundo Monetário International (FMI) e o segundo maior devedor da América Latina, começa a ser assediado pelo fantasma da moratória, diante da lentidão dos credores em conceder-lhe créditos de sete bilhões de dólares por ano até 1994, para financiar seu desenvolvimento, a da pouca vontade de aceitar novo cronograma para pagar débito de cem bilhões de dólares.

A "Síndrome Venezuela" aqueceu os meios políticos locais e pôs na ordem do dia a discussão sobre a conveniência de recorrer à suspensão do pagamento ou continuar cumprindo pontualmente as obrigações financeiras com o exterior, que só no primeiro semestre de 1989 são de sete bilhões e 200 milhões de dólares. O governo, que até há pouco tempo se opunha à suspensão dos pagamentos, está agora tentado a recorrer pela primeira vez à moratória, porque não conta com recursos suficientes para saldar sua dívida e as reservas disponíveis caíram nos últimos dez meses de 16 bilhões para apenas sete bilhões de dólares.

O México pagou nos últimos sete anos 100 bilhões e 700 milhões de dólares em juros e amortizações de capital, mas nesse lapso de tempo só recebeu crédito de 25 bilhões de dólares. O serviço da dívida consome grandes recursos que não podem ser utilizados para o crescimento do México que, em 1988, foi apenas de 0,4 por cento, mas já experimentou parâmetros piores, como em 1982 quando chegou a menos 4,0 por cen-

to, ou em 83, que foi de menos 5,3 por cento. Atualmente, o México destina 5,0 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) ao pagamento da dívida, que em 1982, foi de 19 bilhões e 400 milhões de dólares. Se não renegociar sua dívida, o México pagará até 1994 o total de 94 bilhões de dólares, ou seja, quinze bilhões e 66 milhões de dólares por ano, segundo o Instituto Mexicano de Estudos Internacionais sobre a Dívida Externa.

## PERU

A dívida externa do Peru, que no início de 1989 era de dezenas de bilhões de dólares, deixou de ser amortizada no início de julho de 85, quando o presidente García decretou uma moratória unilateral e anunciou que só pagaria dez por cento do valor das exportações anuais como serviço da dívida externa. A crise econômica nacional obrigou o governo a adiar sucessivamente todos os pagamentos de juros da dívida que venciam na época. Hoje, a posição peruana se mantém firme e não há indícios de que o governo de Alan García volte atrás.

O Peru efetuou pequenos pagamentos aos organismos internacionais de desenvolvimento, como o BID e o Banco Mundial, mas há poucos dias o BID decidiu declarar o Peru um país ilegível por falta de pagamento de suas obrigações. Segundo fontes do Banco Central do Peru, a dívida externa global do país era de dezenas de bilhões e 200 milhões de dólares em 30 de dezembro de 1988. O Peru também não paga o serviço dos juros e a sua situação diante do comitê credor não é boa. Tentou-se há pouco menos de um mês uma eventual reinserção no sistema financeiro internacional, mas o governo resolveu que em primeiro lugar, estavam os projetos prioritários para o povo e depois, a amortização da dívida. O presidente Alan García reiterou várias vezes que o seu país não pagará a dívida externa enquanto subsistirem os graves problemas econômicos no Peru.